

Beto/Foni, ocasião de chegar
os 10 exemplares do Acontecer.
Estamos prontos para a distribuição,
conforme pedido de vocês.
Mto. obrigado, a um abraço
Doroti e Cyllin



INDRELETRICA
DE
SALEINA
CONTRA
INDIOS
E
LAVRADORES

BALBINA AMEAÇA A SOBREVIVÊNCIA DOS POVOS
WAIMIRI E ATROARI

Em documento encaminhado às entidades internacionais preocupadas com a sorte dos índios Waimiri e Atroari, ante a ameaça que pesa sobre a sua reserva com a formação do reservatório da Hidrelétrica de Balbina, Douglas de Souza Luz e Newton B. Barreira, respectivamente Presidente e Diretor de Suprimentos da Eletronorte, órgão responsável por tal construção, consideram a ameaça uma alegação e apreensão improcedentes. (1).

No referido documento as autoridades da Eletronorte afirmam que apenas 490 km² do reservatório atingirão "área outrora de perambulação dos silvícolas"; afirmam ainda que a construção de Balbina "ainda não provocou qualquer contacto e molestações, com tais populações indígenas"; que a empresa em permanente contato com a FUNAI, chegou às "tranquilizadoras conclusões técnicas, de que a área tida como de ocupação indígena, na verdade fora de mera perambulação"; que "a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, é de tão grande importância quanto a preservação de nossos ancestrais", e concluem dizendo que a empresa tem "procurado zelar pela integridade dos direitos dos silvícolas".

Os diretores da Eletronorte, navegam em pleno século vinte (20) pelos rios amazônicos com o espírito de Pedro Álvares Cabral que, dego pela ambição, considerou-se em 1.500, "descobridor" das terras brasileiras, quando estas já eram habitadas pelos indígenas.

Mostraremos a seguir com os fatos e com os dados extraídos em sua maioria de documentos oficiais, que a construção da Hidrelétrica de Balbina já prejudicou tragicamente os Waimiri Atroari; que se constitui numa ameaça presente aos remanescentes; que é um verdadeiro câncer do patrimônio Waimiri Atroari e que essa obra só pode ser sustentada com base na mentira e na desonestidade para com esses povos indígenas e também para com a sociedade nacional.

TODA ÁREA DE BALBINA ESTÁ EM TERRITÓRIO WAIMIRI
ATROARI

Os diretores da Eletronorte baseiam as suas informações nos limites da Reserva Waimiri Atroari estabelecidos em 1971 pelo Governo Médici. (2). Esses limites foram arbitrariamente determinados pela FUNAI, sem consulta alguma aos índios ou a quem quer que tivesse interesse em zelar pelo cumprimento da lei e pelos direitos e bem-estar presente e futuro dos mesmos. Foram estabelecidos obedecendo critérios de interesses desenvolvimentistas do Governo e de empresas particulares. Concretamente, o decreto presidencial de 1971, reduziu a um quinto 1/5 o território tradicional então efetivamente ocupado pelos Waimiri Atroari.

Mas para quem lê sem conhecimento de causa as informações da Eletronorte, pode até acreditar que o Presidente Médice, mesmo tendo desmembrado com aquele decreto 4/5 do território imemorial desses índios, ainda foi excessivamente generoso. Desde tempos imemoriais, a região do Alto e Médio rio Uatumã, assim como seus afluentes, é terra indígena. Tem-se notícia da presença indígena até no Alto rio Urubu ainda na década de 1970/80, e, como pode ser verificado, os limites determinados pelos órgãos governamentais nunca alcançaram o espaço justo destes índios.

Nos anos mais recentes, muitos dos tradicionais locais dos Waimiri Atoari, historicamente referidos e localizados nas bacias do Jauaperi, Alalaú, Camanaú, Curiaú, Uatumã e outros, estão sendo usados mais especificamente para a caça, pesca, acampamento e refúgio. O local de uso atual para suas aldeias, vivência contínua e atividades agrícolas, foram provavelmente escolhidas por motivo de inúmeras expedições escravagistas e punitivas contra eles empreendidas nos últimos 300 anos. Foram repetidos massacres que falam de extermínio em massa, aos quais sobreviveram poucos Waimiri Atoari.

Por isso não é de surpreender, hoje, que os sobreviventes tenham localizado suas moradas fixas nos locais mais remotos e de difícil acesso, abandonando parcialmente o seu território tradicional, embora continuem a usar, na medida do possível, aquelas terras e recursos que também são caminhos necessários para a comunicação.

O que não significa que tenha havido abandono e nem que seja apenas área de "mera perambulação", como quer a Eletronorte. (1). Assim, ainda neste ano de 1984 trabalhadores que realizavam serviços de topografia da Eletronorte, surpreenderam um grupo de Waimiri Atoari no rio Pitinga em área desmembrada pelo Governo para o lago de Balbina.

Os Waimiri Aroari são de língua Karib e como quase todos os povos desse tronco linguístico, sentem muita necessidade de comunicação com os povos Karib vizinhos. Até a segunda década desse século comunicavam-se anualmente com os Maku-xi de Roraima. Em 81 trocavam ainda visitas periódicas com os Wai Wai da fronteira da Guiana. O território utilizado nessas perambulações lhes pertence por um direito garantido pela Constituição Brasileira (Art. 198). Mas no caso, esse direito foi violado pelo Governo e pela Eletrobrás.

Além das cabeceiras dos rios Camanaú e Curiaú, suas aldeias estão localizadas no alto dos igarapês, tributários do rio Uatumã, como o Santo Antonio do Abonari e do Alalaú. A antropóloga Ângela Baptista, da FUNAI, em junho de 81 verificou a existência de 34 malocas.

A barragem de Balbina localiza-se na parte sudeste da área tradicional dos Waimiri Atoari. Os sobrevãos para reconhecimento da presença indígena até hoje feitos, se restringem praticamente, ao corredor da BR-174.

A afirmação de que não tenham sido encontradas aldeias Waimiri Atroari fora da área interditada ou reservada, não deve, então, ser tomada como evidência de que não existem núcleos ali, a menos que possa ser demonstrado que a região foi pesquisada intensamente com esse fim(3).

Além disso, também não foi determinado o território de efetiva utilização de qualquer uma das aldeias já conhecidas. Um reconhecimento e mapeamento da região mostraria, em verdade, que o reservatório de Balbina inundará diretamente diversas aldeias e roças Waimiri Atroari. Com certeza inundará uma enorme parte da área tradicional e uma grande porção dos recursos nela existentes.

Tem um sabor cínico a afirmativa dos diretores da Eletronorte "que a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina ainda não provocou qualquer contacto com tais populações indígenas"(1). Em verdade, até 1968 as aldeias Waimiri Atroari se erguiam anualmente até a Cachoeira Morena, abaixo de Balbina. Dez anos depois, trabalhadores da empreiteira da Eletronorte, a Monasa/Enge-Rio, em 1978, passaram constantes e sérios perigos de ataques dos Waimiri Atroari, pouco acima do canteiro de obras de Balbina, durante o levantamento para a implantação da Hidrelétrica, como testemunham esses mesmos trabalhadores, hoje moradores de São Sebastião do Uatumã.

Foi portanto, a pressão da Eletronorte que empurrou os índios para fora de seu habitat. É estranho que a Eletronorte negue o que é do conhecimento público.

Nenhum levantamento antropológico e etnológico sério foi feito para determinar se há índios e quais os lugares que eles mais frequentam para caçar e pescar, enfim, qual a sua dependência da área a ser inundada.

Por isso, Ângela Baptista, encarregada pela FUNAI de fazer tal levantamento às pressas, pergunta: "Como dar ou tirar terra de um grupo indígena se não temos conhecimento de sua realidade sócio-econômica, política, cultural, cosmológica...? Como justificar uma área se não sabemos que locais os indígenas utilizam para a caça, a pesca, a agricultura de subsistência...?"(4). A antropóloga que se declarou abertamente contra o plano da FUNAI de desmembrar a parte leste da reserva Waimiri Atroari, foi despedida tão logo as autoridades daquele órgão tomaram conhecimento do conteúdo do seu relatório.

Tudo indica que a FUNAI e a Eletronorte voltarão a agir em Balbina como em Tucuruí com relação aos índios Parakanã. No último minuto será montado um plano de emergência, tardio e hesitante, sob a pressão da inundação que estará chegando. Provavelmente, tanto os Waimiri quanto os Atroari, até o momento, nada sabem do que lhes vai acontecer, como jamais foram consultados e informados com antecedência sobre o seu confinamento cada vez maior. "Como foi no caso Parakanã, a FUNAI mantém-se fachada a qualquer perspectiva de buscar uma informação cultural adequada, relativamente às atividades do grupo, o qual ela primeiro contacta e só então decide o que fazer"(3).

A RETIRADA DOS WAIMIRI ATROARI DE SEU TERRITÓRIO IMEMORIAL É CONSEQUENCIA
DOS PROGRAMAS OFICIAIS

A retirada paulatina dos índios do seu habitat, começou com o programa da FUNAI, do Comando Militar da Amazônia através do 6º Batalhão de Engenharia e Construção e da Eletronorte, a partir de 1968, acentuando-se sobretudo com o levantamento hidrológico, encomendado pela última.

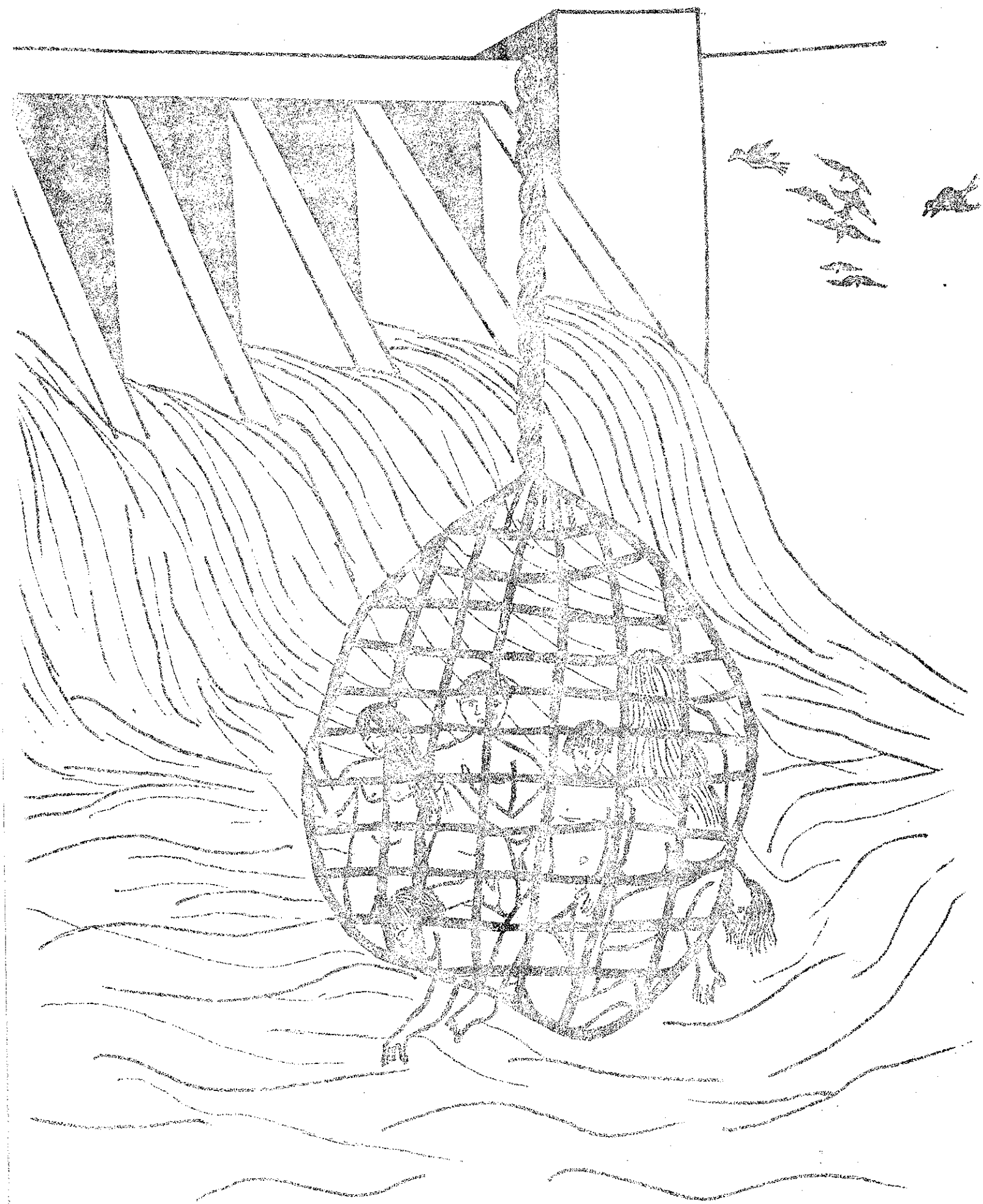
Desde 1968, quando a BR-174 invadiu o território Waimiri Atroari sem sequer uma tentativa de diálogo, as famílias desses índios foram forçadas a suportar as piores arbitrariedades imagináveis. São levados a conviver com esquemas de atração e pacificação que são antes táticas de aliciamento, sedução e redução. Assistem o constante retalhamento do seu território em vista da construção de estradas, aeroportos, instalação de projetos de mineração e de represamento das águas para a captação de energia. Potentes máquinas destroem as suas árvores, poluem diariamente o ar puro de sua matas, com estranhos ruídos e fumaça. Os Waimiri Atroari reagiram com muita hostilidade e valentia, hostilidade que aumentou quando aumentou o contingente de invasores e a agressividade contra o povo e o seu patrimônio. Depois de sucessivos ataques dos índios, no final de 1974 os invasores montaram uma farça contra o sertanista Gilberto Pinto, tido como amigo dos Waimiri Atroari. Essa farça resultou na morte do sertanista, de vários funcionários da FUNAI e índios Waimiri Atroari(5). A morte do sertanista foi utilizada pela FUNAI e 6ºBEC (6º Batalhão de Engenharia e Construção) como oportunidade para a montagem de um esquema de repressão contra os índios tal, que impossibilitou aos mesmos qualquer tentativa de nova ação eficiente contra os invasores e os seus sempre renovados métodos de amolecimento e destruição física e cultural do povo. Do esquema constou a manutenção na área, de soldados de infantaria armados com metralhadoras e granadas para agir ao menor sinal hostil dos índios(6).

A prova documental de que a região foi patrimônio desses povos é abundante. E a FUNAI, herdeira do Serviço de Proteção aos Índios(SPI), apesar dos criminosos incêndios dos seus arquivos, ainda pode exibir abundantes referências à região, e, inclusive relatórios de visitas feitas por funcionários do SPI àqueles índios no rio Uatumã. Como, por exemplo, Alípio Bandeira quando Inspetor da 1ª.IR(Inspetoria Regional) do Amazonas e Acre(7).

O Igarapé Santo Antonio do Abonari, recebeu o seu nome dos Atroari, que no início do século, também eram conhecidos pelo nome Bonari.

Mais recentemente, em 1968, temos provas documentais indiscutíveis, como relatórios e rádios do DER-AM(Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Amazonas), do então encarregado pela construção da estrada BR-174, acusando presença indígena constante na passagem da rodovia pelo Igarapé Santo Antonio do Abonari e mesmo antes de sua passagem. Além das incontáveis referências de jornais.

A presença indígena encontrada em afluentes do Uatumã levou o Cel. Mauro



Carijô, Diretor do DER-AM a solicitar a presença da FUNAI, cujo Presidente, Dr. Queirós Campos, entrou em contato com a Prelazia de Roraima para com ela organizar uma expedição pacificadora dos Índios(8).

Pe.Calleri, chefe dessa expedição, além de um plano de transferência dos índios de suas aldeias da bacia do Uatumã, para o Alalaú, confeccionou um mapa da localização dos Waimiri Atroari, onde constam pelo menos três grandes núcleos de malocas na mesma bacia do Uatumã. E o dolorosamente célebre contato do Pe.Calleri com aldeias Waimiri Atroari se deu em terras que serão inundadas pelo reservatório da Balbina.

Gilberto Pinto Figueiredo Costa morreu em 29/12/74 junto a uma maloca de Waimiri Atroari também localizada em terras que serão atingidas pelo mesmo reservatório.

Atualmente, em pelo menos mais dois tributários do rio Uatumã, o Sto. Antonio do Abonari e o Taquari, existem aldeias desses dois povos que serão atingidas pelas águas da Balbina. Não sabe-se por que a Eletronorte, como faz crer no documento enviado às entidades internacionais, apesar da sua "viva preocupação em manter com a FUNAI permanente contato visando a uma linha comum de atuação, capaz de evitar para os indígenas quaisquer dificuldades advindas da construção da Usina"(1), não tenha ainda sido informada dos três(3) postos da FUNAI que serão atingidos pelo reservatório: O PIA. Abonari II, o Posto de Atração do Ig. Taquari e o Posto de Vigilância do Abonari, todos eles terão que ser desativados. Além disso, na foz do Ig. Sto Antonio do Abonari, no rio Uatumã, havia um posto de atração da FUNAI que já foi desativado, depois que os índios pressionados pelos interesses da Eletronorte foram forçados a abandonar a área.

Para além de todo um acervo documental, que está em nossas mãos, existem muitas pessoas em toda a região do rio Uatumã, inclusive no local onde agora se ergue o canteiro de obras da Balbina, que se dedicaram nas décadas de 1940-1970 e inícios da década passada, à exploração de seringa e pau-rosa. Muitos descrevem pormenorizadamente, acontecimentos e contatos com os índios e até os seus costumes, com uma precisão que não deixa margem à dúvidas quanto a sua presença ali.

Todas as pessoas que acompanharam e acompanham a retirada dos índios da região do rio Uatumã e de seus afluentes, são unânimes em afirmar que a desocupação daquele território pelos índios se deve a uma ação explícita do Governo, através da FUNAI e dos projetos rodoviários, hidrográficos e minerais que estão implantando ali. Os depoimentos a que nos referimos vão desde exploradores de pau-rosa, de balata e de borracha até jornalistas e funcionários de empresas e do próprio Governo, atuantes na região.

Em 1968, a Comissão Pró-Índio da Prelazia de Roraima, subserviente aos programas desenvolvimentistas do Governo e a pedido do DENR (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), dispôs-se a executar um plano de transferência dos Waimiri Atroari da Bacia do médio Uatumã para o alto Alalaú(9).

Os programas da FUNAI, com relação aos Waimiri Atroari, sempre mantiveram

explícito ou implícito, o vil serviço aos projetos do Governo que visam desocupar a aquela área. Mesmo sabendo, desde o início que as águas de Balbina atingiriam os principais núcleos das malocas Waimiri Atroari, a FUNAI jamais se preocupou com o direito dos índios, ao contrário, colaborou na progressiva evacuação dos mesmos e entrega daqueles territórios para a implantação da Hidrelétrica. Não se sabe por que interesses a Eletronorte que, conforme os seus diretores afirmam, tem "procurado zelar pela integridade dos direitos dos silvícolas"(1) e cujas empreiteiras com certeza pisaram em diversos aldeias Waimiri e Atroari, durante os levantamentos para a implantação da Usina Hidroelétrica de Balbina, "desconheça" esse fato!?

Todos os presidentes da FUNAI e chefes da Frente de Atração Waimiri Atroari (FAWA) colocaram sempre os programas do Governo para a região (estrada, Balbina e Mineração) entre os objetivos prioritários de sua presença junto a aqueles índios.

"Dos contatos que mantive no acampamento do 6º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção - e dos depoimentos que tomei de funcionários que conviviam no posto atacado", disse o sertanista da FUNAI Milton Lolli - "uma coisa está certa: os índios só atacaram e massacraram o sertanista Gilberto Pinto porque tiveram negado o pedido que fizeram uma semana antes à FUNAI de construir um roçado nas proximidades do Posto Abonari II. Os índios, que estão sendo cada vez mais vilipendiados: na sua cultura e discriminados nos seus bens - a terra - pelos invasores, queriam testar, ao pedir para fazerem o seu roçado junto ao posto, a amizade dos homens da FUNAI e a confiança que haviam depositado no sertanista Gilberto Pinto. (...) Os índios, hoje, vivem de forma aleatória, e essa situação complicou-se mais ainda devido unicamente aos processos de pacificação impostos pela FUNAI, que não oferece às tribos as mínimas condições de sobrevivência: pelo contrário, está levando-os ao extermínio"(10). A opinião de Lolli não foi aceita pelas autoridades da FUNAI. Em consequência das suas declarações, foi demitido como "doente mental" e "analfabeto".

Na mesma época o funcionário da FUNAI e chefe da Frente de Atração Waimiri Atroari, Apoena Meireles, afirmou: "Os Waimiri/Atroari tombaram no silêncio da mata e foram sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo". E confessava: "Hoje em dia vamos em missão de paz, de amizade com os índios, mas na verdade estamos trabalhando como pontas-de-lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão se instalar na área. Para o índio fica difícil acreditar em missão de paz se atrás de você vem um potencial de destruição ecológica"(11).

O Padre Justino, da Prelazia de Itacoatiara, em abril de 1975, no Seminário FUNAI-Missões, realizado em Manaus, denunciou a existência de uma grade na passagem da BR-174 pelo Igarapé Sto. Antonio do Abonari, que impedia as canoas dos índios descerem por aquele tradicional caminho de comunicação com o rio Uatumã - em flagrante conflito com o Estatuto do Índio - . O Presidente da FUNAI, Gen. Ismarth de Oliveira, na ocasião, justificava o fato de também a FUNAI estar impedindo aos índios a ocupação de suas terras da margem leste da BR-174, como uma "ordem superior" a qual o órgão estava obrigado a obedecer(10 e 12).

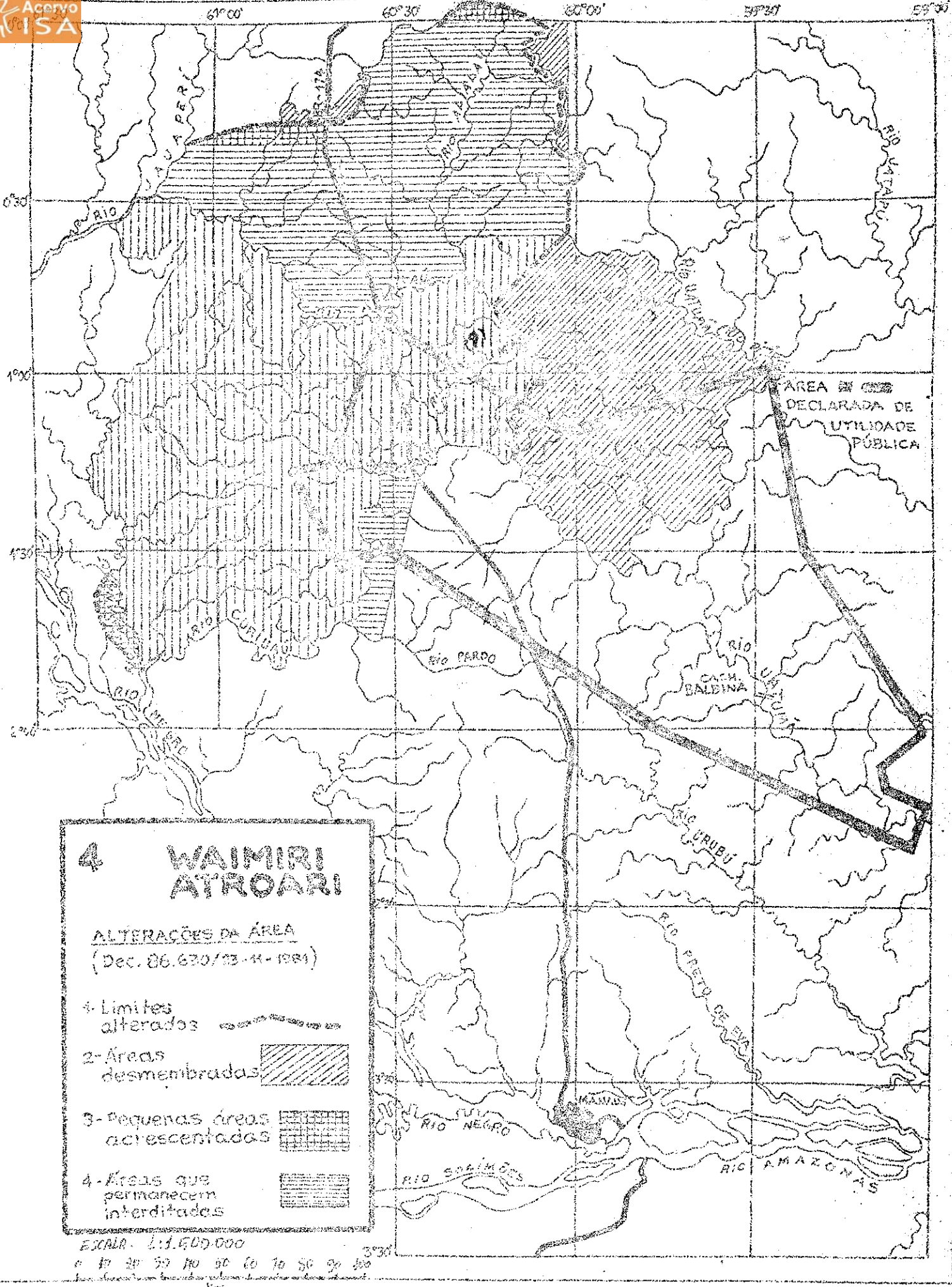
A legislação a respeito do Território Waimiri Atroari, sempre orientada e

assessorada pela FUNAI, foi no sentido de diminuir a área tradicional desses índios, abrindo caminho aos projetos do Governo e principalmente às obras da Usina Hidroelétrica de Balbina.

Assim, em 1971 pelo decreto Nº 68.907 o Governo Federal desmembrou aproximadamente 4/5 (quatro quintos) do território imemorial então efetivamente ocupado pelos Waimiri Atroari(2). Esse decreto desmembrou a parte do território onde hoje se encontra o canteiro de obras da Balbina. Pelo decreto 85.898 de 13/04/81, o Pres João Figueiredo desapropria outra grande extensão da reserva Waimiri Atroari explicitamente "para a formação do reservatório da Usina Hidroelétrica de Balbina, das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte"(13). E finalmente pelo decreto 86.630 de 23/11/81 desmembra 1/3 (um terço) da Reserva e muda o status jurídico da reserva Waimiri Atroari, que passa a mera "área temporariamente interdita da(14)".

Essa capitulação dos princípios e objetivos da política indigenista oficial se deve à pressão dos interesses que estão por trás dos programas desenvolvimentistas do Governo: Hidrelétrica de Balbina, e Mineração Taboca S.A. (Paranapanema). E os índios abandonaram efetivamente boa parte de seu território tradicional pela pressão exercida por esses mesmos interesses e pela falta de apoio da FUNAI, que se arvorava hoje em única detentora do direito de defender a causa dos índios, em verdade, para facilitar as manobras escusas a favor dos interesses empresariais. Além do mais a reação dos índios contra essas injustiças foi retribuída, frequentes vezes, com o emprego de armas de fogo, o que provocou uma drástica redução populacional dos Waimiri/Atroari entre 1972 e 1975, anos em que a Eletro-norte fez os seus estudos hidrológicos na região (Veja quadro a seguir)

<u>ESTIMATIVAS POPULAÇÃO</u>		<u>WAIMIRI/ATROARI</u>
<u>ANO</u>	<u>POPULAÇÃO</u>	<u>FONTE</u>
1905	6.000	H'ubner, Georg e Koch- Grünberg
1968	3.000	Calleri, João/ Prel. de Roraima
1972	3.000	FUNAI
1974	600/1.000	Pinto, Gilberto/FUNAI
1982	571	Craveiro, Giuseppe/FUNAI
1984	350	Stephen Baynes



b. Reserva indígena que passou a área interdita.

6. Área desapropriada "para a formação do reservatório do Balbina", (Decreto nº 85.890 de 13/04/81)

OS OBJETIVOS DE BALBINA

"A criação da Zona Franca de Manaus trouxe importantes repercussões econômicas e sociais, como atração de capital externo, criação de novos empregos e início de um processo de industrialização. A capital amazonense de 1970 a 1980, teve um aumento de 115,78% (12).

Mas, apesar de todo esse crescimento, Manaus ainda não possui uma fonte de energia de baixo custo.

O parque gerador atual para a cidade de Manaus é composto de três usinas, com um total de 14 unidades geradoras e uma potência instalada ideal de 288 MW, porém, nunca alcançável devido "as condições locais de clima, altitude e umidade relativa do ar" e a precária situação de conservação das máquinas geradoras. A produção de energia consumiu em 1983, 5.900 barris de petróleo, gastando cr\$ 33,4 bilhões, valor superior ao da receita da cidade com venda de energia, que é de cr\$ 21,8 bilhões. Desta forma, ficam sem cobertura 35% dos gastos com combustível, pessoal, materiais, peças sobressalentes, depreciação e serviços de terceiros.

"A previsão de acréscimo de geração está voltada, exclusivamente para Balbina". Nestas condições, o Estado está diante da seguinte alternativa: Ou constrói Balbina, ou paralizará as atividades industriais. Acrescente-se a isso que houve só no primeiro semestre de 1983 um crescimento de consumo energético da ordem de 26,5% (15).

Mas apesar de Balbina prevê-se em Manaus até 1992 um déficit de energia de 150 MW, se não houver recurso a outras alternativas.

Os interesses desenvolvimentistas do Estado e do Governo Federal veem hoje a importância da Hidrelétrica de Balbina como único instrumento capaz de salvar a Zona Franca da falência, isto é, o Distrito Industrial de Manaus com centenas de modernas indústrias de montagens e aparelhos elétricos, eletrônicos e mecânicos. O objetivo de Balbina é, pois, encorajar o desenvolvimento do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. O argumento mais forte em favor da Balbina e assumido pelas autoridades federais e estaduais, por todos os senadores e praticamente por todos os parlamentares do Estado, até os mais críticos dos programas do Governo Federal, é que Balbina providenciará a eletricidade necessária para substituir o parque termelétrico de Manaus, importando muito na redução da quota anual dos gastos do Estado em óleo diesel e assim tornaria a energia mais barata para os lares amazonenses. Mas isso é demagogia ou, no mínimo, uma ilusão. Para atrair as indústrias a Manaus, o Governo concordou em conceder aos investidores estrangeiros e nacionais incentivos fiscais, ou seja, diminuição nos impostos, generosas quotas de importação e a eletricidade a preços, por vezes, um terço do mercado. Ordinariamente os consumidores e as pequenas indústrias locais, não favorecidas por tais incentivos, isto é, os pagadores de impostos e que, portanto, pagam Balbina, pagarão os preços do mercado para a eletricidade que irão receber (16). Além do mais, esses permanecerão, uma vez em funcionamento Balbina, os "pobres lázaros" do produto dessa Hidrelétrica,

pois a energia que de lá virá, mal-e-mal suprirá as necessidades do Distrito Industrial de Manaus.

Embora o futuro reservatório de Balbina tenha uma dimensão duas e meia vezes o lago de Tucuruí, a produção de energia, será menos de 4%. "A eletricidade produzida em Balbina terá um preço superior a quatro vezes o preço da energia produzida em Tucuruí(16)".

<u>HIDROELÉTRICA</u>	<u>DIMENSÃO DO RESERVATÓRIO</u>	<u>PRODUÇÃO DE ENERGIA</u>
Itaipu	135.000 ha	12.600-14.000 MW
Tucuruí	215.000-300.000 ha	4.000- 8.000 MW
Balbina	400.000-540.000 ha	240-250 MW

E avançando mais uns 70 km na mata, rumo leste, até o rio Jatapu, a Eletronorte, de acôrdo com os seus próprios estudos, poderia construir duas hidroelétricas, ambas com produção energética bem superior a Balbina e com um reservatório de dimensões bem menores e sem o custo social de Balbina(17). Por que teria optado por Balbina? Para prejudicar os índios que representam, enquanto existirem, uma ameaça ao Estado etnocêntrico? E fonte inspiradora de uma nova sociedade e força de resistência e de denúncia diante das arbitrariedades e chacinas praticadas pelo Estado contra as comunidades indígenas, durante o processo de implantação de seus projetos desenvolvimentistas?

Os diretores da Eletronorte no documento supracitado, insistem na exaltação da Usina Hidrelétrica de Balbina, "de tão grande importancia quanto a preservação etnológica de nossos ancestrais"(1). A razão que por duas vezes os leva a equiparar a vida dos povos Waimiri Atroari a energia que virá de Balbina, para justificar a sua opção pela segunda, é "superar a dependencia ainda existente em relação às fontes não renováveis de energia e alcançar a necessária otimização dos programas tecnológicos"(1). Ora, para ambas as razões, como vimos, há opções melhores na própria região.

Assim, em termos técnicos, econômicos e sociais se torna realmente difícil vislumbrar motivos suficientes que levaram a uma opção tão absurda.

O PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BALBINA

"Em 1972, a Eletrobrás decidiu dar continuação aos estudos anteriormente desenvolvidos pelo Comitê Coordenador dos Recursos Energéticos da Amazônia. No ano seguinte contratou o consórcio Monasa/Enge-Rio para proceder ao inventário hidrelétrico da região, fazer estudos de Viabilidade e, em decorrência, elaborar para a Eletronorte os Projetos Básico e Executivo da Usina Hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã(17)".

Balbina dista 146 Km. em linha reta de Manaus. Situa-se na divisa dos municípios de Urucarã e o recém-criado Mun. de Presidente Figueiredo. O rio Uatumã é navegável da Foz até a Cachoeira Morena, situada 20 Km à jusante de Balbina. O acesso rodoviário é feito pela BR-174 (Manaus-Caracaraí) até o Km. 102 e a partir daí através de rodovia estadual, com extensão de 72 Km.

Dados Numéricos fornecidos pela Eletronorte

Reservatório

. Área de drenagem	18.450 Km ²
. NA mínimo normal	46,0 m
. NA máximo normal	50,0 m
. Comprimento	150 Km
. Área para o NA normal	1.654 Km ²
. Na Reserva indígena	490 Km ²

Potências

. Potência instalada	250 MW
. Número de unidades geradoras	5

Sistema de Transmissão

. Linhas de 230 KV	190 Km.
--------------------	---------

O projeto original era que Balbina entraria em funcionamento em dez/85. Prazo posteriormente prorrogado para abril de 1987 e mais recentemente, mais uma vez para 1988.

Balbina, como Tucuruí, é financiada através de um programa de investimentos conjuntos Brasil-França. Seu custo total foi orçado em 833 milhões de dólares.

Além da usina hidrelétrica, estão previstas a construção de mais duas usinas termoelétricas em Balbina: uma de 50 MW e outra de 6 MW, ambas projetadas para consumir, durante os próximos 25 anos, a madeira que precisa ser retirada da área a ser inundada(17).

Em 1979 a Eletronorte encaminhou à FUNAI uma visão parcial do projeto da Usina e comunicou que deverá construir "diques que barrarão as águas do reservatório, impedindo o seu extravasamento para as bacias dos rios Alalaú (diques norte) e Curiaú(diques sul) evitando maiores inundações em terras interditadas da Reserva Indígena Waimiri/Atroari"(18). Tais diques serão de seis metros de altura e se estenderão por cerca de 40(quarenta) quilômetros, conforme informações extra-oficiais.

Omitimos os aspectos demagógicos com que os autores do projeto revestem constantemente a campanha para a implantação da Hidroelétrica, com frases como: "Balbina vai mudar o perfil da geração de energia no Amazonas"(12).

Balbina recebe o seu respaldo político e econômico-financeiro do acordo Brasil-França, firmado em 1978, mediante o qual a França, tradicional exemplo de defesa dos Direitos Humanos, cede os seus princípios humanitários para respaldar e financiar duas obras do Governo Brasileiro, destruidoras de povos e reservas indígenas Tucuruí e Balbina(19 e 20); do Ministério de Minas e Energia; da maioria dos senadores e deputados federais e estaduais do Amazonas; da Fundação Nacional do Índio;

do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM) e de alguns Institutos Científicos que colaboram com levantamentos de estudos, na implantação dessa obra do Governo.

OS PROBLEMAS DA HIDRELÉTRICA DE BALBINA

"Hoje a produção de energia elétrica dos rios da Bacia Amazônica é de apenas 65 MW. Mas até o ano 2.000 a Eletronorte, Companhia Estatal de energia, sonha com uma produção de 22.000 MW dos rios amazônicos, 40% da demanda de eletricidade projetada do país.

O primeiro grande projeto de represamento na Amazônia é a barragem de Tucuruí, no rio Tocantins". (16)

Até o momento foram poucas as barragens construídas em regiões de floresta tropical em qualquer parte do mundo, por causa dos problemas de engenharia e logística que as acompanham, mas já foram suficientes para se obter uma previsão de alguns problemas que a Hidrelétrica de Balbina vai enfrentar.

"A primeira, construída em 1964, criou o Lago Brokopondo na ex-colônia holandesa de Suriname, justo no norte do Brasil. A sua represa inundou 915 km³ quadrados de densa floresta tropical. Enquanto as árvores apodreciam, elas produziam hidrogênio sulfúrico e o fedor resultante trouxe reclamações do povo há muitos quilômetros de distância na direção dos ventos. Durante dois anos, os trabalhadores da represa tiveram que usar máscaras de gás. O pior aspecto da decomposição da vegetação foi que a água se tornou mais ácida e oxidou o caríssimo sistema de refrigeração da barragem. O custo extra de conservação e do reparo e reposição de peças danificadas foi estimado em 4 (quatro) milhões de dólares, ou seja, mais do que 7% do custo total do projeto". (16)

Uma vez concluída a barragem, uma vegetação aquática, espécie de capim ou canarana, como é conhecida na Amazônia, que até então era rara no rio Suriname, começou a estender-se na superfície do lago, impedindo a navegação e destruindo as máquinas. Num lago do qual árvores em putrefação soltam nutrientes é um local propício para a proliferação dessa vegetação aquática daninha. Ela aparece primeiro nas beiradas do lago, alimentada pelas águas agitadas, ricas em nutrientes.

Aqui e ali, ~~essa vegetação se solta~~, e vai boiando até o centro do lago, formando tapetes densos que ancoram nos ramos e troncos das árvores que ainda estão de pé. Ao cabo de um ano, um tapete de 80 (oitenta) quilômetros quadrados desta vegetação aquática boiava sobre o lago Brokopondo, e até 1966 quase a metade do reservatório, ou mais precisamente, 275 Km² estavam cobertos dessa praga flutuante, ceratópteras.

"No lago de Yarinacocha (Pucallpa, Ucayali - Peru) apareceram, durante os anos de 1982 e 83 tais plantas aquáticas que, como uma plataforma verde, cobriram parte de sua superfície, tornando impossível a navegação e trazendo uma série de problemas adicionais. Atribuiu-se a proliferação dessa planta ao desaparecimento dos peixes, sobretudo dos grandes que a utilizavam na sua alimentação."

A putrefação das árvores e essas plantas aquáticas também já causaram problemas em outros lugares. A barragem mais recentemente construída na bacia amazônica chama-se Curuá Una, perto de Santarém. Começou a funcionar em 1977. Embora o reservatório de Curuá Una seja apenas 1/25 do tamanho de Tucuruí, pessoas que viviam a 65 quilômetros de distância reclamavam do mau cheiro sulfúrico, durante meses após o enchimento do reservatório que não fora limpo de sua vegetação. Uma vez passado o mau cheiro, os problemas reais começaram. Até 1982 a cobertura das turbinas tinha sido corroída pela água ácida. A reposição da cobertura de aço inoxidável custou mais de 5 milhões de dólares.

Em pouco tempo quase a metade do lago de Curuá Una estava coberta de tapetes flutuantes de plantas aquáticas ou canarana. Como consequência muitos peixes do lago morreram. As plantas não só tornam a água insalubre, senão também tóxica para a maioria dos peixes. Ademais absorvem os nutrientes disponíveis e impedem o sol de penetrar os fundos do lago. O resultado é que, outras plantas, e os peixes que dela dependem, tem bem pouca chance de sobreviver.

Na barragem do Jupiá, no rio Paranã, fora da região amazônica, a pressão dessa biomassa aquática crescendo na superfície do lago arrebitou cabos de aço. Filtros especiais, feitos especificamente para proteger as turbinas destas plantas aquáticas, ficaram tão obstruídos que de vez em quando a barragem teve que ser fechada. Flutuando na superfície ou encalhadas na beira, essas plantas também providenciam alimentação, o oxigênio e locais de proliferação para os portadores de duas graves doenças: a malária e a esquitossomose" (16).

A malária já está muito espalhada em toda a Amazônia e a sua incidência na região à volta do futuro reservatório de Balbina é uma realidade atual. Pesquisa recente sobre a malária no Estado do Amazonas mostrou que a BR-174, região do futuro lago de Balbina, tem atualmente a maior ocorrência de malária e leishmaniose. A barragem vai aumentar muito o número de focos de reprodução do mosquito da malária, sobretudo durante o período que baixa o nível das águas do reservatório. Como se trata de um terreno muito plano, milhares de quilômetros quadrados se tornarão o terreno ideal para reprodução do anófelis, ou transmissor da malária. Se esse período de seca se prolongar por mais duas semanas, haverá tempo suficiente para reprodução de uma geração inteira desses mosquitos.

"A esquistossomose é causada por várias espécies de caramujos aquáticos que proliferam nas águas tropicais semi-paradas. A larva do parasita nada do caramujo e penetra a pele da pessoa que está nadando ou simplesmente parada na água ocontaminada. Uma vez no sistema circulatório, a larva permanece em tempo no fígado e depois, dependendo da espécie, começa a ocupar a área em torno do baço ou intestino do corpo humano. Os sintomas variam da diarréia crônica e do sangue na urina até dores mais graves no fígado, rins, medula, e outros órgãos. Os tratamentos existentes são muito caros e carregam os seus perigos potenciais próprios.

"Catorze milhões de brasileiros são portadores desta esquistossomose que está se propagando por muitos lugares dos trópicos como resultado do desenvolvimento de águas usadas como fonte energética." No momento não se tem notícias de que o Rio Uatumã abrigue o caramujo portador. Mas poderá vir a tê-lo. Ecólogos como Robert Goodland do BM que fizeram levantamentos ambientais na Amazônia, acreditam que em alguns anos, grandes reservatórios, assim artificialmente criados, propiciam "as condições ideais para a proliferação desses caramujos", uma vez que o caramujo hospedeiro existe na região. E desde que haja pessoas infectadas na área ^{não} será fácil controlar a proliferação da doença. Ora, muitos trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Balbina provêm do nordeste do país, onde a esquistossomose está muito difundida.

Toda a região que vai ser inundada pelo reservatório de Balbina é coberta por densa floresta. Isto cria um grande problema para a Eletronorte. Caso toda essa matéria vegetal for submersa pelas águas estas poderão tornar-se mortas em pouco tempo. Pois o excesso de vegetais aquáticos diminui o oxigênio dissolvido na massa d'água, "matando" o lago. Poderá ainda levar à formação de gás sulfídrico, que é resultante da decomposição dos vegetais e que tem por efeitos a redução do tempo de vida da turbina.

"No Suriname o Governo gastou 2,5 milhões de dólares horrifando com herbicidas o lago Brokopondo numa ampla e bem sucedida campanha para destruir a vegetação aquática ou Canarana. O herbicida utilizado foi o 2,4-D, um dos principais componentes do "Agente Laranja", desfolhante usado pelo Exército DOS ESTADOS UNIDOS no Vietnã, produto que muitos receiam ter causado efeitos congênitos. Indígenas e população envolva n te da região que beberam, pescaram e andaram nas águas do rio Suriname encontraram o rio primeiro interdito e logo depois invenenado.

Em Curuá Una, cientistas convenceram as autoridades que o peixe-boi seria a resposta mais acertada para a problemática das plantas aquáticas. Estes gentis mamíferos se alimentam com tais plantas aquáticas. Trinta peixes-bois já foram levados para Curuá Una, mas tudo indica que muitos mais serão necessários para impedir a proliferação daquelas plantas." (16). Acontece que devido a sua pesca indiscriminada e descontrolada, o peixe-boi está hoje no caminho da extinção.

A porcentagem da decomposição das árvores e outra vegetação da área do reservatório é crucial para a qualidade da água, e a principal variável influenciando essa porcentagem é a quantidade de oxigênio disponível. Se o lago tem pouca superfície e é profundo e estagnado, a decomposição será anaeróbica, quer dizer, com ausência de oxigênio livre.

Nestas condições, a decomposição sucederá costumeiramente devagar e levará muitos e muitos anos. Dentre os diversos gases que são produzidos como um subproduto da decomposição anaeróbica, há o metano, que é inflamável. O hidrogênio que é explosivo. E o venenoso hidrogênio sulfídico, que aumenta a acidez da água. Em Brokopondo, onde a maior parte do lago experimentou a decomposição anaeróbica, a ausência de oxigênio no reservatório repercutiu 80 Km (quilômetros) abaixo da barragem, onde os peixes ficaram asfixiados pela deficiência de oxigênio da água que passou pelas turbinas da barragem.

A decomposição anaeróbica ocorre também em grandes lagos que são suficientemente profundos para que a luz solar penetre, criando oxigênio por fotossíntese na vegetação subaquática e suficientemente agitadas para que o oxigênio circule". É praticamente certo que este será o caso do reservatório de Balbina. Isto significa que se a floresta não for abatida os efeitos da decomposição se farão sentir imediata e gravemente em toda a região à volta do lago.

Em Tucuruí a Eletronorte já começou a inundação duma pequena área e floresta a título experimental, acompanhada por cheiro pútrido. "Esta área, em maior escala toda a região do lago de Curuá Una, apresenta uma espantosa paisagem fantasmagórica. Milhares de esqueletos de árvores emergem do lago, desfolhados e descascados, uma visão tétrica e aterrorizante." (16).

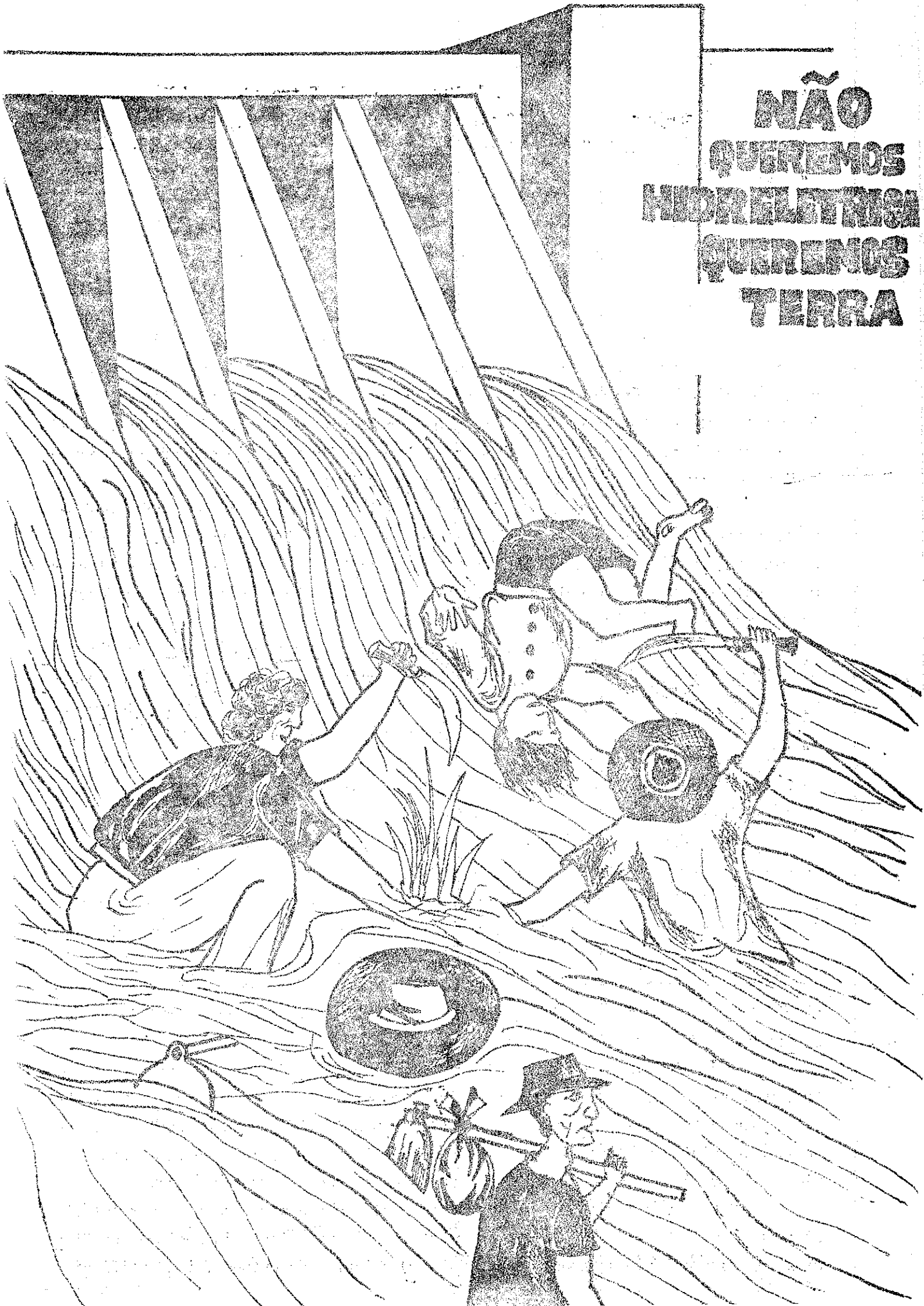
Em Balbina, a área inundada contém milhões de metros cúbicos de madeira de lei, um valor de bilhões de cruzeiros. Como ocorre tão frequentemente na Amazônia pós 1964, uma área enorme da floresta será destruída, mas as árvores serão devastadas e abandonadas. Talvez se pense mais tarde pescá-las do fundo do lago...

O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA) também se tem preocupado com a biomassa existente no futuro lago de Balbina. O ponto de vista dos especialistas daquele Instituto é que "retirando-se ou não as cinzas, a grande capacidade de recomposição da floresta amazônica faz com que o mesmo volume de biomassa incinerado esteja praticamente recomposto cerca de três meses depois da operação de limpeza. A dificuldade é que as áreas são muito grandes e antes que a operação de desmatamento chegue ao seu final as primeiras áreas trabalhadas já estariam novamente cobertas pela floresta." (11) Isto sugere a impossibilidade de execução da retirada da biomassa, através da derrubada e extração da madeira do futuro reservatório. Por isso recomenda o INPA, a utilização de desfolhantes ou herbicidas para a eliminação da massa verde e controle da rebrota (22).

A possibilidade de que a Eletronorte se decida, de uma maneira ou de outra, pelo uso de herbicidas na área do lago de Balbina, vem preocupando o Conselho de Segurança Nacional, no sentido de encontrar uma justificativa oficial que tranquilize a opinião pública sobre os efeitos negativos do herbicida para o meio ambiente, e, conseqüentemente, para as populações circunvizinhas às áreas.

"É provável que a argumentação oficial venha a ser baseada num relatório contratado pelo Departamento de Defesa norte-americano à Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, concluído em 1974. O objetivo do estudo foi identificar

NÃO
QUEREMOS
HIDROELÉTRICA
QUEREMOS
TERRA



as consequências ambientais e para a saúde humana da aplicação maciça de herbicidas desfolhantes durante a guerra do Vietnã do Sul. Entre 1965 e 1971, os norte-americanos despejaram cerca de 18 milhões de litros de três tipos de compostos (entre os quais o chamado "agente laranja"), sobre florestas e manguezais sul-vietnamitas. E o relatório, logo em seu início, afirma que o grupo de cientistas "foi incapaz de concluir qualquer indicação de dano causado diretamente à saúde humana pelos herbicidas".

Acontece que os especialistas enviados pelo Governo Norte-americano ao Vietnã chegaram às suas conclusões basicamente através da análise de mapas aerofotogramétricos, porque as condições de segurança durante o pós-guerra impediram os trabalhos de campo. (11)".

A Eletronorte foge a uma discussão pública desse problema. Ainda há poucos dias sentimos isto claramente numa reunião de lavradores na BR-174, os quais serão atingidos pela obra da Balbina e que por isso pediam angustiantemente aos representantes da Eletronorte e ao Prefeito de Presidente Figueiredo, onde se localiza a obra, esclarecimentos a respeito das suas perspectivas na região e a área a ser atingida pela barragem. As autoridades da Eletronorte permaneceram mudas. E o próprio Prefeito no mesmo tom que os lavradores, confessava-se sem informação para orientar a respeito das consequências e mesmo dados técnicos de Balbina tais como, área a ser inundada, indenizações, perspectivas em que Balbina possa de alguma forma trazer vantagens para a população regional, etc. Ele também pedia, diante dos lavradores informações aos representantes da Eletronorte ali presentes.

Na divulgação dos dados oficiais a Eletronorte utiliza a tática da desinformação, ou seja, a divulgação de dados contraditórios e que minimizam o problema que está criando.

Assim, por exemplo, há desinformação proposital das comunidades indígenas e da população envolvente a respeito do nível das águas, e das exigências da implantação da hidrelétrica.

Semelhantemente, com relação a capacidade da hidrelétrica de Balbina. Inicialmente, divulgou na região, que além de Manaus, todo o Baixo Amazonas seria abastecido pela energia proveniente daquela obra. Quando a verdade começou a vir à tona, viu-se que nem Manaus conseguiria eletricidade suficiente para a sua demanda.

E se compararmos os dados dos levantamentos do futuro reservatório de Balbina, fornecidos pela Eletronorte, com a realidade da área a ser inundada, constatamos erros intencionais, como a redução a aproximadamente 1/4 (um quarto) das reais dimensões do lago. A partir de dezembro de 1982 começaram a circular rumores de que os dados da Eletronorte a respeito do futuro lago da Hidrelétrica de Balbina não correspondiam à realidade. Inicialmente em artigo assinado, Fernando Barros (11), afirmava que o reservatório teria pelo menos 400 mil hectares. A informação vasara de fonte do próprio setor econômico do Governo Federal. O la-

go de Balbina seria em grande parte um imenso pântano, devido a sua baixa profundidade. De acordo com Fernando Barros o próprio secretário do Meio Ambiente que nestas condições Balbina teria que ser repensada. Posteriormente, em julho de 1983, o Governador do Estado, Prof. Gilberto Mestrinho, defendendo a exportação de madeira em tora, em Fórum de Debates na Assembleia Legislativa do Amazonas, confirmou os dados de Fernando Barros quando afirmava que a dimensão do reservatório de Balbina teria um tamanho duas e meia vezes o da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Ora, admitindo-se a previsão oficial da Eletronorte de 215.000 hectares para o lago de Tucuruí, é fácil concluir que o reservatório de Balbina ultrapassará os 400.000 hectares. Além da afirmação do Governador, também o ex-Delegado Regional da FUNAI Kazuto Kawamoto, com quem a Eletronorte manteve "a melhor e elevada colaboração recíproca" conforme supracitado documento enviado a entidades internacionais (1), declarou, em julho de 1983, que o reservatório terá em torno de 400.000 ha. Tal declaração foi feita a representantes da Sociedade Brasileira de Indigenistas - SBI, representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e de um assessor do deputado Mário Juruna.

Hoje, possivelmente, só a direção da Eletronorte e Eletrobras continuam acreditando e divulgando que o lago de Balbina terá apenas 165.000 ha. Em seus projetos divulgados, há somente discreta referências à perspectiva de uma solução "aparente para o problema da retirada da floresta: a comercialização da madeira (bem constantemente citada pelo Governo do Estado) e a construção da supracitada termoelétrica. Ora, as autoridades da Eletronorte sabem, que por mínimo que sejam os conhecimentos a respeito da dimensão do lago de Balbina e da capacidade de composição da floresta amazônica, nenhum cientista pode levar a sério tal solução para a retirada da biomassa em questão.

Até 1977 a Eletronorte não tinha nenhum programa de limpeza dos reservatórios das futuras hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, considerando tal serviço desnecessário e impraticável.

Ocorre que em 1977 Roberto Goodland, ecólogo do Banco Mundial, fez um levantamento ambiental para a Eletronorte e advertia sobre os riscos de doenças, acidez, vegetação aquática e o perigo para a vida dos peixes como consequência da decomposição das árvores. Então a Eletronorte resolveu limpar determinadas áreas. O serviço foi entregue a Capemi, uma companhia sem experiência no ramo, mais conhecida como comercializadora do seguro dos militares no Brasil. A lentidão dos serviços da Capemi, os quais resultaram na ruidosa falência da Companhia, levou a Eletronorte aos planos de retirada da biomassa da área mediante a borifação com o tóxico químico desfolhante Tordon 101 e Tordon 155, que contêm 2,4-D e 2,4,5-T, respectivamente. Informado sobre os planos da Companhia e respaldado por um clamor internacional, o secretário para o Meio Ambiente, Dr. Paulo Nogueira Neto, exigiu que tal esquema fosse afastado. Na oportunidade realmente foi suspenso, mas o Governo não deu plena segurança de que não voltaria mais a ressuscitá-lo.

"A Eletronorte contratou" ainda no caso Tucuruí a firma de consultoria Structura S.A, "cujo parecer, emitido pelo especialista Samuel Murgel Blanco, in-

~~dicava a necessidade de se retirar pelo menos 85% da biomassa existente na área do futuro lago de Tucuruí. Blanco foi afastado dos trabalhos por ter enviado uma carta ao Estado em que confirmava sua posição contrária ao uso de herbicidas desfolhantes como meio de se retirar a floresta, cogitado pela Eletronorte"(11).~~

No final de 1983 cientistas gaúchos, atentos aos acontecimentos em Tucuruí, denunciaram por duas vezes, que a Eletronorte já estava aplicando dioxina, ou o Agente Laranja. A Eletronorte desmentia. Mas uma comissão de cientistas acabou comprovando in loco que os fatos tinham proporções ainda mais graves do que se pensava inicialmente. Como consequência do uso do Tordon 155 ou agente laranja para o desmatamento na linha de transmissão de Tucuruí doze(12) pessoas e muitos animais perderam a vida desnecessariamente e os autores do crime continuam poderosos, afoitamente, e com o apoio do Governo, os seus projetos necrófilos(11).

Com relação a Balbina, parece, a Eletronorte ainda não tem idéia clara sobre o que vai acontecer, e nem está disposta a discutir sinceramente com os cientistas e a opinião pública as advertências que surgem por toda parte. Tudo indica que os fenômenos ocorridos em Brokopondo se repetirão aqui, uma vez que a topografia é muito semelhante. E terá os seus agravantes, uma vez que se trata de uma extensão muito maior de área a ser inundada.

Isto torna cada vez mais próximo, para a população regional, o perigo de que em Balbina se utilize o mesmo veneno usado em Tucuruí, uma vez que o volume de biomassa a ser retirado é muito grande.

Técnicos do Ministério da Agricultura criticaram a deficiência do planejamento da Eletronorte no que se refere ao aproveitamento do grande volume de madeira comerciável que será submergido. E observaram que a transformação radical de um ecossistema terrestre em aquático vai conduzir ao desaparecimento de inúmeras espécies de plantas silvestres(11). É conhecida também a constante atribuição a reservatórios semelhantes no Sul do País, das transformações pluviométricas e climatológicas, que anualmente causam enormes prejuízos naquela região. Além do mais, qualquer que seja o método ou meio que for usado para se retirar a floresta do futuro reservatório de Balbina, ele será um novo atentado ao patrimônio e à vida física e cultural dos povos Waimiri e Atoari.

Por outro lado, surgem de quando em vez, alguns clarões de esperança para os índios e para muitas comunidades amazonenses ameaçadas, no sentido de que Balbina seria totalmente desativada, só não estaria sendo levada a efeito porque a completa desativação da obra custaria aos cofres públicos mais do que a sua continuação, por motivo dos compromissos assumidos. O Constante adiamento do prazo de sua conclusão e a relutância em prosseguir a obra, parece, que não residem apenas no problema financeiro e nem na vontade insaciável de lucro das empresas envolvidas, mas também na dúvida em continuar a investir num absurdo.

De qualquer forma, o pouco entusiasmo reinante na continuação das obras é indicativo de que, por detrás dos bastidores, a própria Eletronorte já nem esteja

mais acreditando numa Usina nas proporções que constam de seus planos oficiais e que a qualquer momento sejamos surpreendidos com essa primeira esperançosa notícia: 'Fracassou o projeto da Usina Hidroelétrica de Balbina e a Elettronorte resolveu construir ali apenas uma Usina de pequeno poste.'

Rejeitamos a fatalidade de um progresso absurdo, porisso mesmo acreditamos que o projeto da Usina Hidroelétrica de Balbina pode ser revisto pelos homens que estão a sua frente, ou deve fracassar...

BR-174, 23 de agosto de 1984,

Egydio Schwade

pelo Movimento de Apoio à Resistencia
Waimiri e Atroari

(MAREWA)

Referencias Bibliográficas

-23-45

- (1) - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Douglas Souza Luz e Newton Brulamaqui) - "Cuidados da Elétronorte com relação às populações indígenas". Brasília, 17/07/83.

- (2) - Diário Oficial - "Decreto Nº 68.907, cria a Reserva Indígena Waimirí-Atroarí, situada no município de Aerão, Estado do Amazonas" Brasília - 13/07/71.

- (3) - Aspelin, Paul L. and Santos, Silvio Coelho dos - "Indian áreas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil". Florianópolis, 01/1981. pgs. 93 - 107.

- (4) - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Baptista, Ângela Maria "Relatório sobre a área indígena Waimirí-Atroarí" - Brasília, 30/07/81.

- (5) - Carvalho, José Pofírio Fontenelle de - "Waimirí-Atroarí a História que ainda não foi contada" . Brasília, 1982.

- (6) - Comando Militar da Amazônia - Paes, Gentil NOgueira - Gen. Rda. Comt. do 2º Cpt. e Constr. " Trabalho na BR - 174". Manaus, 21/11/74.

- (7) - Bandeira, Alípio - " Jauaperí". Manaus, 1926.

- (8) - Fundação Nacional do Índio - FUNAI - Campos, José de Queiros,- Pres."Autorização Nº 02. " Brasília, 06/08/1968.

- (9) - Prelazia de Roraima, Comissão Pró-Índio "Pacificação Índios Waimiri-Atroari" Agosto/1968.

- (10) - A Crítica - Manaus, 04/03/75;05/03/75;21/01/79;27/12/82;17/12/82;14/12/83; 05/12/83.

- (11) - Opinião - Rio de Janeiro, 17/01/75.

- (12) - O Estado de São Paulo - 21/01/79; 22/01/84.

- (13) - Diário Oficial - "Decreto nº85.898 de 13/04/81, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra com benfeitorias, necessárias à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina das Centrais elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, no Estado do Amazonas". Brasília, 14/04/81.

- (14) - Diário Oficial - "Decreto lei nº 86.630 de 23 de novembro de 1981 declara interdita temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas, área que discrimina nos municípios de Novo Airão e Itapiranga, no Es-

tado do Amazonas e Caracará, no Território Federal de Roraima, e dá outras providências" - Brasília, 25/11/1981.

- (15) - Bittencourt, Rndolfo - "Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 22/08/83". - Brasília, 22/08/83.
- (16) - Caufield, Catherine - "Dam teh Amazon, full Stean Ahead" Natural History, Vol. 92 nº 7, New Jersey, July, 1983.
- (17) - Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S/A, Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. - "Usina Hidrelétrica de Balbina" - Abril - 1981.
- (18) - Eletronorte- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. Llano, Raul Garcia - Presidente e Guimarães, Fausto César Vaz Dir.Técnico.- "Eventual Interferência do Reservatório da UHE Balbina com a reserva indígena Waimiri e A-troari, no Estado do Amazonas". - Brasília, 15/01/79.
- (19) - Jornal de Brasília - "Brasil e França assinaram acordos" - Brasília, 06/10 1978.
- (20) - Embaixada Brasileira em Washington - "Boletim Especial da Embaixada do Brasil em Washington" - nº 3 e 4, 20/02/1981.
- (21) - Centro de Estudos Teológicos de la Amazonia - CETA - Shupihui" nº 28, pg. 565, Iquitos, oct./dez./83.
- (22) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amzônia - INPA - "Parecer do INPA sobre Problemas que envolvem o destino da vegetação a ser inundada no reservatório da UHE Tucuruí". Manaus, 18/04/83.
- (23) - Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. - "UHE Balbina - Extração e Utilização da Biomassa Florestal da Área do Reservatório". - Jaakko Pöyry, engenharia - Brasília, 1984.